

A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL CHILENA DA DÉCADA DE 1970: ANÁLISE DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Derisvaldo Santana da Cruz

Joaquim Carlos Racy (Orientador)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as medidas de liberalização comercial executadas no Chile na década de 70, e avaliar seus efeitos sobre o comportamento das exportações e sobre o crescimento econômico. Para este fim, são analisados indicadores conjunturais da economia chilena entre 1960 e 2000, com especial ênfase aos relacionados ao setor externo e ao nível de atividade. A escolha deste intervalo deveu-se à observação da adoção de políticas econômicas consideradas antagônicas e aplicadas ao extremo, com a ruptura da diretriz de forma abrupta em 1973. Até este ano, principalmente, entre 1970 e 1973, houve a intensificação do papel do Estado na economia e a adoção de mecanismos restritivos ao comércio internacional. A partir de então, passou-se a privilegiar as relações incentivadas pelo mercado, incluindo a redução unilateral das barreiras comerciais, ação pioneira entre os países da América Latina. Os resultados verificados apresentaram-se condizentes com as previsões da literatura econômica, principalmente no que tange à relação de causalidade entre a abertura comercial e a ampliação das exportações.

Palavras-chave: Liberalização. Economia chilena. Crescimento econômico.

1 INTRODUÇÃO

O programa de liberalização da economia chilena, iniciado na primeira metade da década de 70, tem atraído a atenção de inúmeros pesquisadores nos últimos tempos, principalmente interessados em verificar se o contínuo e expressivo crescimento deste país, entre a segunda metade da década de 80 e o ano 2000, está relacionado com as reformas implementadas. Como se espera que reformas estruturais sejam capazes de produzir efeitos positivos somente no longo prazo, com elevados efeitos negativos no curto prazo, a distância temporal que separa os efeitos dos eventos atrai a possibilidade de se encontrar uma comprovação empírica da validade das propostas voltadas para a promoção do crescimento econômico, a partir da liberalização das relações comerciais.

A avaliação do programa de abertura comercial, por seu turno, ganha especial atenção por diversos motivos. Um deles está relacionado à tentativa de associar o crescimento econômico chileno com a expansão das economias asiáticas nas décadas de 80 e 90. O crescimento de tais economias é amplamente aceito como parte da estratégia de desenvolvimento adotada por países, como a Coreia do Sul e Cingapura, de induzir o crescimento por meio da expansão das exportações. Outro motivo é dado pelo pioneirismo chileno, entre os países latino-americanos, na adoção da estratégia de liberalização da economia e de ampliação dos incentivos para o crescimento das exportações.

Apesar desta estratégia já ter sido efetuada, com sucesso, em alguns países asiáticos, ainda persistem questionamentos quanto à viabilidade da transposição das medidas para os países da América Latina, uma vez que, supostamente, esta região estaria gozando de condições históricas, geográficas e culturais diferentes das existentes nos países asiáticos. Estas diferenças poderiam não apenas impedir a obtenção de resultados igualmente positivos, mas, principalmente,

intensificar os principais problemas existentes na região, entre os quais, a significativa desigualdade na distribuição da renda.

Como o Chile possuía muitas condições estruturais semelhantes às dos demais países da América Latina, e, principalmente, dos demais países sul-americanos, aumenta a probabilidade de que efeitos de medidas econômicas por lá adotadas também sejam verificados nos demais países.

O artigo começa com uma revisão dos principais argumentos relacionados à liberalização comercial, incluindo uma breve apresentação das contribuições teóricas destinadas à compreensão do crescimento econômico de longo prazo. Em seguida, são apresentadas as principais medidas de política econômica adotadas, juntamente com a apresentação e análise da evolução dos indicadores de conjuntura associados ao setor externo e ao nível de atividade entre 1960 e 2000. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 REVISÃO DAS TEORIAS RELACIONADOS À LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

A liberalização comercial é defendida por um amplo conjunto de trabalhos econômicos que enfatizam a sua capacidade de promover a ampliação do comércio internacional, contribuindo para a obtenção de acréscimos no bem-estar social e de maiores taxas de crescimento da economia. Os incentivos para a ampliação do volume de bens e serviços exportados, por seu turno, são defendidos por aqueles que acreditam em sua capacidade de proporcionar ganhos de escala e de eficiência, além de aumentar a possibilidade de ocorrência de transbordamentos tecnológicos capazes de ampliarem as perspectivas de crescimento econômico.

Uma das condições necessárias para a expansão das exportações é a redução das políticas comerciais protecionistas que utilizam de imposições de tarifas, de cotas, de licenças ou de outros instrumentos alfandegários voltados para redução do volume das importações. Esta condição se deve ao fato das barreiras comerciais, ao reduzirem o volume de bens importados, incentivarem a elevação do saldo da balança comercial. Contudo, dado que a poupança e o investimento não se alteram apenas com esta política, a ampliação do saldo positivo da balança comercial é capaz de promover a elevação da taxa de câmbio real. A elevação da taxa de câmbio real, por sua vez, reduz as exportações até o nível em que o saldo da balança comercial retorna ao equilíbrio existente antes da imposição da tarifa. Portanto, restrições às importações promovem, também, reduções das exportações, fazendo com que o país opere um volume de comércio menor (MANKIW, 2004. Pg. 92).

Apesar destes princípios, até meados da década de 80, muitos países latino-americanos não perseguiram a ampliação das exportações. Desde o início da década de 40, estava difundida a crença no crescimento econômico baseado na industrialização da economia e, para a promoção da industrialização, eram considerada aceitável a adoção de diversos instrumentos, entre os quais, a proteção das manufaturas internas da concorrência internacional, através da aplicação de tarifas e outros mecanismos que restringiam as importações (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005. Pg. 191). Estas ações ficaram conhecidas como o **Modelo de Industrialização por Substituição de Importações**, avalizado por trabalhos realizados pela CEPAL¹ (FISHER, 2001).

2.1 Justificativas para o protecionismo

O protecionismo comercial provoca uma **taxa de proteção efetiva** muitas vezes superior às tarifas aduaneiras e podem gerar efeitos capazes de distorcer a alocação de recursos da

¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, com sede em Santiago, Chile. São Estados-membros todos os países da América Latina e do Caribe, além de Alemanha, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Holanda, Portugal e Reino Unido.

economia. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005. Pg. 192). A taxa de proteção efetiva é a proporção do aumento no valor adicionado que as indústrias domésticas conseguem obter após a introdução de uma estrutura de tarifas, ou outros mecanismos protecionistas, sobre produtos estrangeiros substitutos dos produtos da indústria que se quer proteger (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005. Pg. 143).

As tarifas sobre importações impõem pelo menos dois tipos de custos econômicos: um custo sobre a produção e um custo sobre o consumo. O custo sobre a produção tem origem no fato da imposição de tarifas sobre um bem específico promover elevação do preço interno deste bem, já que este passará a sofrer uma menor concorrência com bens importados. Deste modo, passa a ser produzido, internamente, bens a preços mais elevados que os internacionais, já que as tarifas permitirão que empresas com estruturas de produção relativamente pouco eficientes possam se estabelecer. O custo sobre o consumo é mais evidente, já que preços mais elevados reduzem a possibilidade de aquisição do bem por uma parcela dos consumidores, reduzindo-se a demanda interna pelo bem.

Entre as justificativas para a adoção de tarifas, existem: a do argumento da tarifa ótima, a da necessidade de correção de desequilíbrios comerciais, a da necessidade de arrecadação de impostos e a da necessidade de redução de distorções internas. O argumento da tarifa ótima se aplica a países detentores de um poder de monopólio sobre um determinado bem e que deseja restringir o total de exportações para vendê-lo a um preço mais elevado. A imposição de tarifas para corrigir desequilíbrios transitórios na Balança Comercial se dá com sua implantação sobre as importações quando a balança comercial apresenta *déficits* persistentes. A justificativa da arrecadação de impostos se deve à facilidade de sua arrecadação e geralmente é defendida por países que não desenvolveram uma eficiente burocracia arrecadatória.

Um país pode desejar, também, incentivar o desenvolvimento de setores que julga melhor capazes de promover um crescimento mais estável da economia e, para isso, pode adotar tarifas apoiado no argumento da **Indústria Nascente**. Segundo este argumento, há falhas de mercado que podem impedir o desenvolvimento de indústrias locais. Krugman (2005, pg. 193), identifica duas principais falhas de mercado: a existência de **mercados imperfeitos de capitais** e o problema da **apropriabilidade**. A primeira falha está associada ao fato dos produtores dos países em desenvolvimento terem dificuldades adicionais para captarem recursos financeiros, uma vez que os mercados de capitais de seus países não estariam amplamente desenvolvidos. Como as suas capacidades de investimentos estariam limitadas pela geração de seus próprios lucros, os baixos - ou inexistentes - lucros iniciais impossibilitariam que tais firmas se desenvolvessem. A segunda falha de mercado implica em reduções dos incentivos para o investimento quando os benefícios individuais, absorvidos pelos investidores, fossem inferiores aos benefícios sociais. O pioneirismo na implantação de indústrias seria capaz de gerar externalidades positivas que permitem que novas firmas se instalem sem que incorram nos mesmos custos da firma pioneira. As firmas pioneiras beneficiam as demais firmas mas não recebem o retorno deste benefício, o que reduz os incentivos para o investimento. O governo pode desejar proteger a indústria pioneira, de modo que o seu desenvolvimento seja capaz de ampliar o desenvolvimento social.

As taxas e as outras barreiras alfandegárias serviriam para retirar as vantagens superiores que os produtores estrangeiros eventualmente possuísem em relação à indústria local, até que a indústria local obtivesse economias de escala e eficiência operacional que a permitissem competir em pé de igualdade com os produtores estrangeiros. Krugman (2005), contudo, considera que este argumento não se sustenta se for levada em consideração, em primeiro lugar, a baixa capacidade dos agentes planejadores de antever, com exatidão, os setores potencialmente capazes de adquirirem vantagens que permitiriam o desenvolvimento de empresas aptas a competirem com as concorrentes internacionais. Em segundo lugar, devido a interesses muito mais políticos do que econômicos, existe, segundo Krugman (2005), uma tendência para a

perpetuação da proteção destes setores, mesmo que estes jamais consigam desenvolver a capacidade concorrencial necessária.

2.2 Argumentos em defesa do Livre Comércio

Desde os primeiros trabalhos da ciência econômica, a liberalização das relações comerciais é apresentada como um importante mecanismo capaz de promover ganhos superiores aos que seriam verificados em uma situação de autarquia². David Ricardo, por exemplo, apresentou as vantagens do livre comércio associando-o à sua capacidade de otimizar a alocação de recursos produtivos ao permitir que países se especializem na produção de mercadorias com as quais possuem **vantagens comparativas** (BLAUG, 1999. Pg. 257). Para Ricardo, mesmo que países fossem capazes de produzir todas as mercadorias de forma mais eficiente que os demais países, ele obteria ganhos de comércio ao se especializar na produção das mercadorias cujo custo de oportunidade da produção interna fosse inferior ao custo de oportunidade dos outros países produzirem a mesma mercadoria. O custo de oportunidade, no modelo ricardiano, é medido em termos de “necessidade unitária de trabalho” (Krugman, Obstfeld, 2005, pg. 9), uma vez que este modelo está baseado em uma economia de apenas um fator de produção: o trabalho.

Muito embora seja pouco provável que possa ocorrer uma especialização extrema da economia, com países produzindo e exportando apenas um único bem, o modelo ricardiano é útil para dar os primeiros sinais sobre o destino dos setores produtivos existentes em um país que adota um programa de liberalização comercial. O modelo pode indicar quais os setores serão capazes de se expandir ou se contrair ao se observar as diferenças da produtividade do trabalho de cada um dos setores.

A produtividade do trabalho é o valor médio do PIB (Produto Interno Bruto) dividido pela quantidade de trabalhadores. Este conceito, além de servir para indicar os setores capazes de se desenvolver após um programa de abertura comercial, é um importante indicador de evolução tecnológica, uma vez que o seu crescimento indica o uso de tecnologias mais eficientes na utilização da força de trabalho, o que permite a produção de novos bens e bens de melhor qualidade (PINDYCK; RUBINFELD, 2002. pg. 187).

O modelo de Ricardo indica, portanto, o setor capaz de se desenvolver mais intensamente em uma situação de livre comércio. No entanto, ele não indica as razões que fazem com que o setor indicado apresente as chamadas vantagens comparativas. É o teorema de Heckscher-Ohlin (H-O) que amplia o modelo ricardiano, explicando que tais vantagens estariam relacionadas com a alocação inicial dos fatores de produção. Segundo o Teorema de H-O, “um país exporta as mercadorias cuja produção é intensiva nos fatores relativamente abundantes do país, e importa outros bens que usam intensivamente o fator relativamente escasso desse mesmo país” (BLAUG, 1999. pg. 258). Além do fator trabalho, presente no modelo de Ricardo, o Teorema de H-O inclui os fatores de produção: Capital, Terra e Recursos Naturais.

Além dos argumentos implicados da análise do modelo de Ricardo e do Teorema de H-O, a defesa do livre comércio, e da sua capacidade de ampliação do produto da economia, pode ser feita a partir de argumentos que se dividem em “Argumentos Estáticos e Argumentos Dinâmicos” (MOREIRA; CORREA, 1997, pg. 61-66).

São Argumentos Estáticos:

Possibilidade de diversificação de produtos, aumentando o bem-estar do consumidor;

Ganhos de eficiência técnica produtiva, ao permitir que empresas tenham acesso a bens de capital e insumos mais sofisticados;

² Situação de auto-suficiência de um país em qual são evitadas as relações comerciais internacionais.

Aumento dos incentivos para que as firmas internas melhorem a capacidade produtiva;

Ganhos de escala, em função da ampliação do mercado;

Redução do “*Rent Seeking*” , permitindo que empresas reduzam os custos das atividades lobistas;

São argumentos dinâmicos:

Ampliação da possibilidade de Transbordamento Tecnológico, uma vez que os empresários locais passam a ter acesso a tecnologias desenvolvidas em outros países;

Aumento dos incentivos para a promoção de inovações tecnológicas;

Redução dos custos médios dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento, permitida pela ampliação da escala de produção.

Os argumentos dinâmicos apresentados estão associados às teorias de crescimento econômico, que preconizam a importância do desenvolvimento tecnológico para com a ampliação do crescimento econômico.

Portanto, um programa de liberalização comercial poderia ser capaz de promover crescimento econômico ao permitir que o principal determinante do crescimento de longo prazo da economia, a tecnologia, fluísse com mais facilidade para os setores internos. Além disso, poderia ser capaz de melhorar o ambiente institucional, aumentando, ainda mais, a eficiência produtiva.

2.3 Contribuições Teóricas para a Compreensão do Crescimento Econômico.

2.3.1 Modelos neoclássicos

Segundo os modelos de desenvolvimento neoclássicos, tal como o modelo de Solow (JONES, 2000), os países com baixo nível de renda *per capita* tenderiam à convergência para o mesmo nível de renda *per capita* dos países relativamente mais ricos, desde que os primeiros possuíssem a mesma condição de equilíbrio de longo prazo que os últimos, ou seja, que possuíssem o mesmo *steady-state*. Esta condição, entretanto, não seria a mesma para todos os países. Para que esta condição se verificasse, seria necessário, segundo modelo de Solow (JONES, 2000), que países pobres e países ricos possuíssem a mesma taxa de poupança, a mesma taxa de crescimento populacional e a mesma disposição dos fatores de produção, alocados por um mesmo nível de tecnologia. Neste estado de equilíbrio, a taxa de crescimento do produto *per capita* corresponderia à taxa de crescimento da tecnologia. O chamado “motor do crescimento” seria, portanto, o desenvolvimento tecnológico (JONES, 2000).

O modelo de Solow, entretanto, considera este desenvolvimento tecnológico exógeno, ou seja, adviria de fatores externos e não explicados pelo modelo de crescimento. Deste modo, ele não é capaz de explicar os eventuais desencadeamentos das medidas voltadas para liberalização da economia, e nem, portanto, os efeitos da abertura comercial. Ele serve, contudo, como uma base para o desenvolvimento de modelos posteriores que tentaram incorporar variáveis explicativas para o crescimento tecnológico, tais como o modelo de Romer e o modelo de Lucas.

2.3.2 Modelo de Romer

Paul Romer (1986, citado por JONES, 2000), ao analisar o crescimento econômico das economias avançadas, desenvolveu um modelo de crescimento que tornou endógeno o progresso tecnológico e passou a considerá-lo como um estoque de conhecimento que cresceria de acordo com os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). No modelo de Romer, aumentos na participação da mão-de-obra dedicada à pesquisa levariam a economia para um patamar de

steady state mais elevado. Neste modelo, é assumida a possibilidade da tecnologia, desenvolvida pelos países com estoques de capital *per capita* mais elevado, favorecer o crescimento dos demais países através do “**transbordamento tecnológico**”, já que os agentes das economias mais pobres poderiam aplicar as novas idéias sem incorrerem nos custos de seu desenvolvimento.

O movimento de transferências tecnológicas poderia se dar, por exemplo, por meio de publicações científicas, imigração de cientistas e engenheiros ou através do comércio internacional (JONES, 2000). As transferências tecnológicas favoreceriam o processo de convergência dos países para o mesmo nível de desenvolvimento se os países obtivessem condições estruturais que permitissem absorver as tecnologias desenvolvidas e acompanhar o desenvolvimento das novas tecnologias. De certo modo, este modelo é utilizado pelos defensores da hipótese do crescimento induzido pelas exportações, já que estas, juntamente com o crescimento das importações, permitiriam que os agentes absorvessem tecnologias desenvolvidas nos demais países. Os setores exportadores poderiam desencadear um movimento de transbordamento interno que impulsionaria o desenvolvimento de toda a economia.

2.3.3 Modelo de Lucas

O modelo desenvolvido por Robert Lucas (1993) defende o Capital Humano como sendo o responsável pelo desenvolvimento econômico sustentado e enfatiza a preponderância do “*learning by doing*” - as qualificações que os agentes aprenderiam com a experiência - sobre a educação formal na assimilação das qualificações necessárias ao aproveitamento do transbordamento tecnológico. Em seu artigo “*Making a Miracle*” (1993), Lucas passou a dar mais ênfase ao *learning by doing* quando, ao observar o comportamento das economias da Coreia do Sul e das Filipinas, verificou que ambas possuíam semelhantes taxas de educação formal no início do período analisado, enquanto que as taxas de crescimento destes dois países apresentaram-se bastante distintas. Lucas explicou esta distinção nas taxas de crescimento através das diferenças observadas na variável *learning by doing*, que estaria relacionada com o **ampliação das exportações** e que se deu em uma maior profundidade na Coreia. Para Lucas, os filipinos preferiram adotar uma estratégia de desenvolvimento “para dentro”, de substituição de importações, enquanto que a estratégia sul-coreana se deu “para fora”, de incentivo às exportações.

“A constant returns (at the level of individual producing units) learning spillover technology is equally consistent with fast and slow growth. [...] A second attraction of the learning spillover technology is that it is consistent with the strong connection we observe between rapid productivity growth and trade or openness”. (LUCAS, 1993, pg. 269)

Depreende-se do texto de Lucas que, muito embora os investimentos em educação sejam importantes para facilitar a assimilação de novos conhecimentos tecnológicos, tais investimentos são inúteis se não houver estruturas econômicas que permitam a interatividade entre agentes de diferentes países, e, portanto, a possibilidade de ocorrência do transbordamento tecnológico. A interatividade entre os agentes seria tanto maior quanto maior fosse o grau de abertura da economia. A abordagem de Lucas traz, em seu bojo, uma defesa da abertura comercial como um processo facilitador da “aprendizagem através da prática”. Uma economia que adotasse estratégias que inibisse o comércio exterior, tal como fizeram as Filipinas e a maioria dos países da América Latina, estaria menos susceptível à absorção de tecnologias externas. Economias abertas, portanto, seriam melhor capazes de diminuir a distância que as separassem da fronteira tecnológica.

3. SITUAÇÃO ECONÔMICA CHILENA ATÉ 1973

3.1 Panorama

Assim como a maioria dos países da América Latina, desde meados da década de 1940, o Chile adotava uma estratégia de desenvolvimento baseada na substituição de importações através de uma industrialização liderada pelo Estado (SCHMIDT-HEBBEL, 2006). Diferentemente do resultado desejado, o Chile permanecia uma economia mono-exportadora, ocorrendo, inclusive, um crescimento da participação das exportações de minério de cobre nas exportações totais. Entre 1960 e 1973, a participação, em valor, desta *commodity* saltou de 68% para cerca de 80% das exportações chilenas. O aumento da participação relativa do cobre se deu, sobretudo, pela redução das exportações dos produtos não tradicionais, tais como produtos agrícolas em geral e produtos alimentícios industrializados, que decresceram 11,3 % entre 1970 e 1973.

Tabela 1 – Exportações por tipo de produto. Chile: 1970-1973. Em milhões de dólares correntes.

	1970	1971	1972	1973	Variacão 70-73
Exportações FOB	1 111 9	998 6	849 2	1 309 1	17 7%
Tradicionais					
Cobre	839.8	701.2	618.2	1.048.7	24.9%
Outras tradicionais	154.6	170.3	142.2	156.2	1.0%
Não Tradicionais	117.5	127.1	88.8	104.2	-11.3%

Fonte: Banco Central de Chile

Este movimento foi creditado à manipulação, pelo governo, das variáveis chaves da economia, com a adoção de medidas tais como o controle dos preços dos bens de consumo, a determinação da taxa de juros e a fixação da taxa de câmbio (CASTRO, 1992, pg. 30). A adoção destas medidas foi intensificada entre 1970 e 1973, quando assumiu um governo assumidamente comprometido com os princípios de uma economia socialista.

Segundo o enfoque socialista, o crescimento econômico e o controle inflacionário, em um ambiente de justiça social, poderiam advir da expropriação dos monopólios e latifúndios e da destinação de seus excedentes para investimentos sociais e para a redistribuição da renda. (Castro, 1992. Pg. 28-29). Além disto, este enfoque prega o intervencionismo estatal para determinar a alocação dos recursos produtivos e manipular as variáveis econômicas.

Em julho de 1970, a taxa de câmbio foi fixada em 10,21 Escudos e permaneceu neste valor até novembro de 1971. A partir desta data, o governo passou a praticar minidesvalorizações periódicas da taxa de câmbio, ao perceber a impraticabilidade da continuidade da política de câmbio fixo diante da aceleração inflacionária.

O congelamento de preços dos produtos básicos, para conter a inflação, mostrou-se inadequado quando incentivou o surgimento de um amplo mercado negro de bens, com preços muitas vezes superiores aos tabelados. Este comportamento esteve condizente com os princípios microeconômicos que preconizam a escassez de produtos quando os preços dos bens são mantidos artificialmente abaixo dos preços que equilibram a oferta e a demanda, já que há a redução dos incentivos para a produção e o aumento dos incentivos para o consumo (PINDYCK, R. e RUBINFELD, D.L., 2002 Págs. 53-55).

A manipulação das taxas de juros, mantidas artificialmente baixas para incentivar a ampliação do crédito, pode diminuir a poupança e o investimento e reduzir a possibilidade de crescimento

econômico por meio da acumulação de capital, tornando o crescimento do produto insuficiente para satisfazer a ampliação da demanda por bens finais. (MELLER, 1996).

O crescimento da demanda fora favorecido, também, pelos aumentos salariais, que foram reajustados, em média, 54% em 1971. Estes movimentos poderiam significar elevações nos índices de preços ao consumidor, contudo, a associação com outras políticas, como o controle de preços e a facilitação para a importação de bens essenciais, evitou a aceleração inflacionária até o primeiro semestre de 1972, ocorrendo, inclusive uma desaceleração da inflação em 1971, quando o índice oficial apresentou uma taxa de 22,1% ante os 34,9% de 1970 (EDWARDS, 2001).

A escassez interna, com a manutenção da demanda aquecida, levou ao aumento das importações para compensar o hiato entre a oferta e a demanda. A ampliação do déficit comercial, assim como a variação negativa dos estoques, permitiu que o consumo das famílias e os gastos do governo mantivessem uma trajetória crescente. O contínuo crescimento dos gastos do governo é acompanhado pela estabilização e posterior redução dos investimentos. O gasto público total saltou de 28,1% do PIB em 1971 para 32,4% do PIB em 1972 e para 44,7% do PIB em 1973 (EDWARDS, 2001).

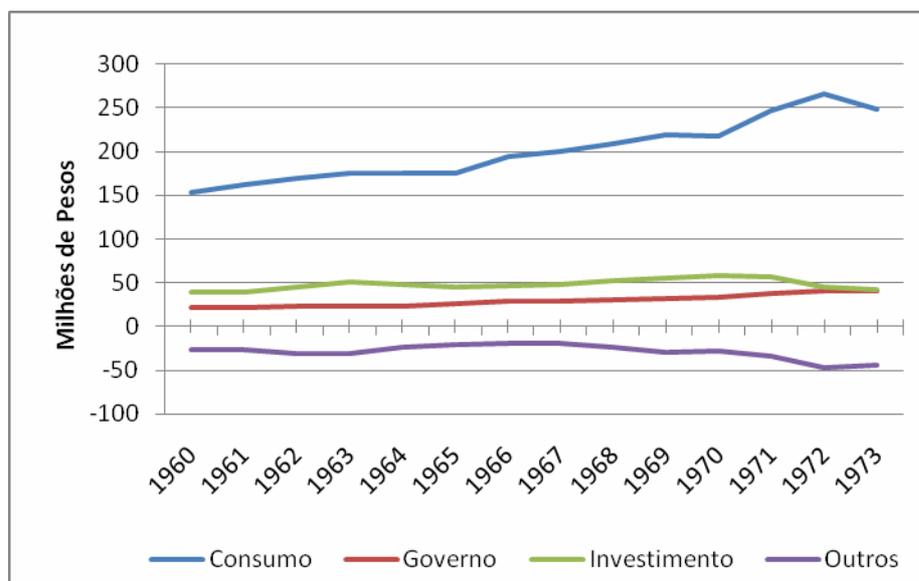


Figura 1 – Evolução do gasto do produto, a preços constantes. Chile: 1960-1973

Fonte: Banco Central de Chile. **Elaboração:** Autor

Notas: O consumo corresponde ao gasto final das famílias e instituições sem fins lucrativos; O investimento corresponde à Formação Bruta de Capital Fixo; Em Outros, estão incluídos o saldo da balança comercial, acrescido da Variação de Estoques.

A expansão da demanda, com a utilização dos instrumentos de política monetária e com o direcionamento dos investimentos das empresas estatais, permitiu que se alcançasse, em 1971, resultados expressivos de crescimento do PIB e de redução do desemprego. Ao final de 1971, primeiro ano do governo socialista, o consumo das famílias havia crescido 11%, o desemprego caído para 3,8% da população economicamente ativa, e o PIB crescido 8,5% em relação a 1970 (COUSIÑO, 2001).

3.2 A Política Comercial no Governo Socialista

Para Agosín, (1999, pg. 88), “*em aquella época [até 1973] la política comercial podía describirse como caótica*”. Havia 57 diferentes tarifas de importação que variavam de zero a 220%, correspondendo a uma tarifa média de 94%. Outro importante empecilho às importações era o sistema de taxas múltiplas de câmbio que fixava oito diferentes taxas cambiais cuja amplitude chegava a uma diferença de 10 vezes. Além disto, um grande número de medidas não-tarifárias, tais como depósitos prévios, proibições de determinados produtos e contingenciamento de outros, dificultavam o desembaraço aduaneiro.

Agosín (1999) alega que, diferentemente do período em que se começou a adotar a proteção comercial como um mecanismo indutor do programa de substituição de importações, entre 1971 e 1973 não havia o interesse pelo crescimento econômico e pela diversificação da pauta exportadora. A escolha dos produtos que teriam suas tarifas de importação majoradas e que seriam importados a taxas de câmbio menos favoráveis se dava a partir do critério de **essencialidade**. Com a facilitação da importação de bens essenciais, a produção interna destes bens foi desestimulada afetando, principalmente, o setor agrícola. A produção agrícola de alimentos apresentou um processo de estagnação já a partir de 1971, com um volume de produção inferior ao que fora obtido em 1936 (Castro,1992). A importação de alimentos, por exemplo, que perfazia uma média de US\$ 100 milhões entre 1965 e 70, passou a mais de US\$ 450 milhões em 1972 e para US\$ 600 milhões em 1973.

Tabela 2 – Importações por tipo de bem, em US\$ milhões.

	1970	1971	1972	1973	Varição 1970-1973
Importações (CIF)	-956,0	-1.014,9	-1.102,6	-1.447,4	51,4%
Alimentos	135,5	192,2	317,9	511,6	277,6%
Consumo não alimentício	99,3	89,5	138,9	139,1	40,1%
Bens intermediários não alimentícios	445,0	485,2	460,2	553,4	24,4%
Bens de Capital	276,2	248,0	185,6	243,3	-11,9%

Fonte: Banco Central de Chile

A partir de 1972, a expansão da demanda de 1971 já foi capaz de produzir efeitos inflacionários. Em agosto de 1972, os preços que estavam congelados foram reajustados entre 30% e 200%. Este primeiro movimento de reajuste deu início a uma espiral inflacionária que levaria a economia a apresentar uma taxa de inflação de 487,5% em 1972 e 605,9% em 1973 (EDWARDS, 1984). Dados da CEPAL (2005) indicam que a variação média do índice de preços ao consumidor da região da Grande Santiago e dos municípios de Puente Alto e San Bernardo chegou a 362,6% em 1973, correspondendo a uma taxa média de 210,5% em 5 anos.

Tabela 3 – Variação do Nível Geral de Preços ao Consumidor na região da Grande Santiago

Período	Inflação %
1971	19,4
1972	82,2
1973	362,6
1974	503,9
1975	374,7
1970-1975	210,5

Fonte: CEPAL (2005)

A taxa de crescimento do M1³, que em dezembro de 1971 foi de 110% em comparação ao volume de dezembro 1970, passou para, em dezembro de 1973, 317% em relação à dezembro de 1972 (EDWARDS,1984, pg 9).

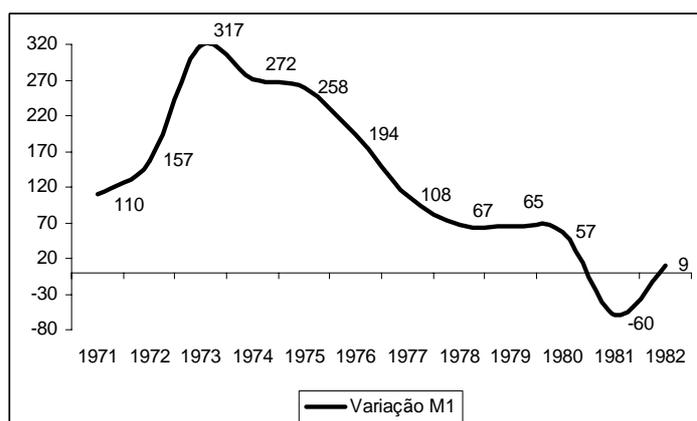


Figura 2 – Evolução da taxa de crescimento do M1 (%). Chile: 1971-1982

Fonte: EDWARDS (1984), com dados da *International Financial Statistics*. **Elaboração:** autor

A taxa de crescimento do PIB real *per capita* fora negativa em 2,31% em 1972 e em 1973 apresentou uma queda ainda mais expressiva, de 6,38%.

³ Agregado Monetário correspondente ao papel moeda em poder do público, mais depósitos à vista e outros depósitos descontáveis. De acordo com a Teoria Quantitativa da Moeda, é justamente o crescimento da oferta monetária que determina a taxa de inflação. (MANKIW, 2004, pg. 59).

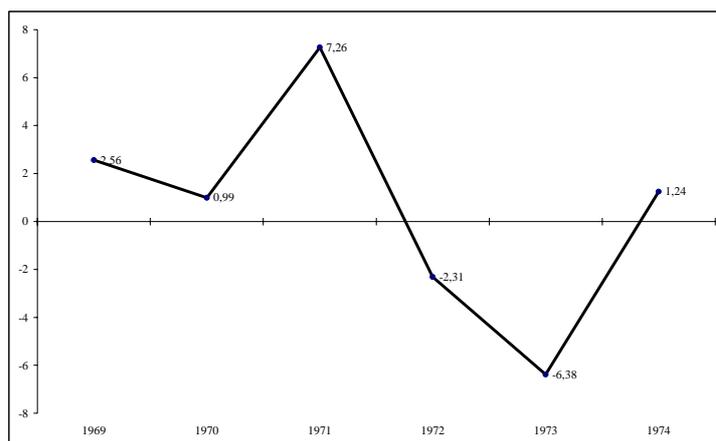


Figura 4 – Taxa de crescimento do PIB real per capita a preços constantes. Chile: 1969-1974

Fonte: Penn World Tables 6.2, 2006 Elaboração do autor

A participação relativa dos investimentos no PIB real *per capita* variou de 19,76% do PIB em 1970 para 11,87% do PIB em 1973, uma queda de quase 40% em três anos. Em termos de crescimento anual, a queda mais expressiva da participação relativa dos investimentos no PIB se deu em 1971, com 28,17% de declínio. A queda na taxa de investimento fora interpretada, pelos defensores da política econômica da *Unidad Popular*, como resultado da “*campanha del terror*” das classes empresariais e de organismos internacionais que tentavam “*desfigurar*” o caráter supostamente democrático do Governo, e que conseguiram afastar a confiança dos investidores (CORNEJO-ARRELLANO, 1972, pg. 3-10). Como agravante, além de ter havido diminuição da ajuda estrangeira de organismos internacionais que o Chile comumente recebia, foram bloqueadas todas as linhas de crédito de bancos norte-americanos.

A crise econômica, associada ao recrudescimento da violência provocado pela ampliação do radicalismo nas ações da extrema-esquerda e da ultra-direita chilenas, culminou no golpe militar de 11 de setembro de 1973, quando morre o presidente Salvador Allende Gossens no palácio presidencial de *La Moneda* e assume uma junta militar chefiada pelo general Augusto Pinochet Ugarte para um mandato que se estenderia até 1990.

3. O PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL CHILENO

Com a mudança de governo, é iniciado o Programa de Abertura Comercial, com a adoção de diversas medidas voltadas para racionalização das relações de comércio, como a implementação de uma brusca redução tarifária, o equacionamento da dispersão das tarifas e a redução da maioria das barreiras não-tarifárias, como a do sistema de quotas e a do licenciamento de importações.

As implicações econômicas relacionadas à Abertura Comercial não se resumem a modificações positivas. Pelo menos no primeiro decênio após o início da abertura, a ampliação do desemprego, o alargamento da desigualdade e as oscilações abruptas no nível do produto da economia, podem, em parte, serem creditadas à liberalização. Contudo, concomitantemente à abertura comercial, foi adotada uma série de medidas que intensificou alguns efeitos recessivos que seriam esperados. Duas destas medidas recessivas foram o controle inflacionário e o ajuste fiscal.

3.1 O Controle Inflacionário e o Ajuste Fiscal

Já em outubro de 1973, um mês após o início do novo governo, foi anunciado que a redução da inflação seria a principal meta (LARRAÍN; VERGARA, 2001). Havia, entre os militares, a percepção de que a sociedade desejava “*un enfoque radicalmente distinto*” das políticas implementadas até então, no que dizia respeito ao controle inflacionário e ao gerenciamento do orçamento público (LARRAÍN; VERGARA, 2001).

A partir do diagnóstico de que as causas da aceleração inflacionária eram o excesso de gastos do governo e a demasiada aceleração da expansão monetária, buscou-se a adoção de um forte ajuste fiscal. Entretanto, este ajuste fiscal foi acompanhado, em um primeiro momento, de um tímido controle da expansão monetária. Esta etapa do processo de estabilização deixou clara a percepção de que os formuladores desejavam adotar um programa **gradualista** de redução da inflação.

Concomitantemente à redução dos gastos do governo, foi introduzida uma reforma tributária que visava ampliar a arrecadação do governo, de modo que fosse possível reduzir, rapidamente, o profundo desequilíbrio fiscal. A principal medida da reforma tributária foi a substituição dos impostos em cascata sobre as vendas por um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) global, fixado em 20%. Além desta medida, foram adotadas a indexação do sistema tributário, a eliminação de subsídios e exceções tributárias e a unificação do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas (LARRAÍN; VERGARA, 2001).

A melhora do resultado fiscal primário foi significativa já no primeiro ano. A economia chilena saiu de um déficit fiscal primário de 30,5% do PIB em 1973 para 5,4% do PIB em 1974, e foi observado, já em 1976, um superávit primário de 4% do PIB. Entretanto, a taxa de expansão monetária caiu muito lentamente, passando de 342% em agosto de 1973 para 333% em junho de 1974 (EDWARDS, 2001). Esta primeira etapa gradualista não foi capaz de conter a aceleração inflacionária na magnitude que justificasse seu custo em termos de crescimento da taxa de desemprego e de redução do nível de atividade. Em 1974, o crescimento do PIB foi de apenas 1% e o desemprego alcançou, em dezembro deste mesmo ano, 14,9% da população economicamente ativa (PEA). O índice oficial de inflação, contudo, apresentou um crescimento de 369,2% ao ano em 1974 e de 343,3% ao ano em 1975 (EDWARDS, 2001).

A partir de 1975, seguindo uma determinação do governo de controlar definitivamente a inflação em um prazo de um ano, foi anunciado um pacote de medidas chamado de “*tratamiento de shock*” (EDWARDS, 2001, pg. 33). O pacote propunha, entre outras medidas: uma redução de até 25% do gasto público, um aumento de 10% do Imposto de Renda, uma aceleração da redução do papel do Setor Público na economia e uma política monetária mais restritiva.

Com o “*tratamiento de shock*”, a inflação fora reduzida de 343%, acumulada em 1975, para 84,2% acumulada em 1987. Contudo, as medidas provocaram uma queda de 13,3% do PIB em 1975 e uma elevação da taxa de desemprego para até 20% da PEA, taxa verificada em setembro deste mesmo ano.

3.2 Principais Medidas da Abertura Comercial

A reforma comercial inicia-se em 1973, com a adoção de diversas medidas voltadas a racionalizar as relações de comércio, como a implementação de uma brusca redução tarifária, o equacionamento da dispersão das tarifas e a redução da maioria das barreiras não-tarifárias, como a do sistema de quotas e a do licenciamento de importações. Esta fase termina em 1979, com a uniformização das tarifas em 10% e a implementação do regime de taxas de câmbio fixas.

Tais medidas começaram a ser gestadas antes mesmo que os militares assumissem o governo e foram apresentadas em 1969 em um documento de trabalho denominado “*El Ladrillo*”, editado

em forma de livro em 1992 sob o título “*El Ladrillo: bases de La política económica del gobierno militar chileno*”. Neste trabalho, muitos economistas formados na Universidade de Chicago e lotados na *Pontificia Universidad Católica de Chile*, apresentaram as medidas que foram quase que integralmente incorporadas pelo governo militar. Entre as principais medidas, foram implementadas: a redução e harmonização das tarifas alfandegárias, para uma taxa de 30% e o compromisso com a continuidade da redução; a abolição das barreiras não-tarifárias; a elevação da taxa de câmbio ao nível real; desvalorizações periódicas da taxa de câmbio nominal, para se ajustar ao câmbio real; a criação de mecanismos de promoção das exportações; e a adoção do controle de capitais.

Em se tratando de uma equipe econômica defensora dos incentivos de mercado para a condução dos principais eventos da economia, pode parecer contraditório que o Chile tenha adotado a estratégia de liberalização comercial, sem efetivar a liberalização financeira, com a permanência do controle de capitais. Os formuladores acreditavam que a liberalização financeira poderia dar origem a uma crise de divisas, provocável por uma fuga maciça de capitais incentivada pela depreciação da taxa de câmbio nominal. Tal crise poderia provocar uma elevação ainda maior do desemprego e comprometer as políticas de controle inflacionário. Como o Chile estava adotando uma política de controle inflacionário que utilizava a elevação das taxas de juros internas para contrair a expansão monetária, as taxas internas mais elevadas incentivariam a entrada de capitais especulativos, inflando, artificialmente, a balança de capitais. Tal excedente contribuiria para a apreciação da taxa de câmbio real, o que acabaria promovendo déficits na conta de transações correntes. Considerando que a taxa de câmbio nominal estivera fixada, a expansão monetária provocada pela entrada de capitais especulativos deterioraria o poder de compra da moeda interna e provocaria inflação.

A taxa de câmbio nominal sofreu uma desvalorização abrupta, passando de 85 escudos por dólar em setembro de 1973, para 280 escudos no mês seguinte. Após este episódio, a deterioração do valor dos Escudos culminou em sua substituição, em janeiro de 1975, pelo Peso Chileno, que iniciou cotado a 1,90 Pesos por dólar. Antes de ser substituído, o Escudo estava cotado em 1.619 Escudos por Dólar, um valor 1.805% superior à cotação vigente no último mês do governo Allende.

3.3 A Rejeição ao Gradualismo na Abertura Comercial

Os formuladores da política de abertura comercial chilena acreditavam que os resultados da reforma poderiam ser comprometidos se fosse efetivada uma estratégia gradualista na abertura comercial. Tal percepção era justificada, em primeiro lugar, pela necessidade da liberalização comercial ser efetivada ao mesmo tempo das demais reformas pró-mercado. Em segundo lugar, desejava-se aproveitar o ambiente político autoritário, e, portanto, menos propício a sofrer interferências dos agentes que eventualmente passassem a sofrer os efeitos negativos. O regime autoritário permitiria, além disso, que as eventuais turbulências políticas, provocadas pelo aumento do desemprego, fossem minimizadas. Para os defensores da liberalização, o aumento da taxa de desemprego seria verificado em um curto intervalo de tempo e duraria o período necessário para permitir que os recursos produtivos abandonassem as atividades em que o país não possuísse vantagens comparativas, e atingiria somente as empresas que não obtivessem a eficiência necessária para competir com o mercado internacional (CASTRO, 1992).

Para os autores programa de liberalização, muitas das atividades afetadas seriam aquelas que mantinham lucros excepcionais, artificialmente gerados pela proteção comercial. Os preços destas indústrias poderiam ser rebaixados em um cenário de competição internacional, sem que isto significasse o fechamento de suas atividades (CASTRO, 1992). Por outro lado, como o Chile

não era um país capital abundante, principalmente em relação aos países desenvolvidos, seria de se esperar que, com a abertura, e com o aumento do fluxo de comércio para os países desenvolvidos, os preços dos bens de capital se tornassem mais elevados, o que tornaria o custo da mão-de-obra relativamente mais barato. Tal movimento poderia, em teoria, reduzir o desemprego, ou, pelo menos, minimizar o crescimento da taxa de desemprego. Além disso, a facilitação da integração dos processos produtivos, o fechamento de unidades ineficientes e a expansão de novas atividades econômicas permitiriam que o Chile absorvesse novas tecnologias e obtivesse maiores ganhos de escala. Os ganhos de eficiência seriam responsáveis por promover o crescimento econômico e reverter a o desemprego. (Castro, 1992)

3.4 Os Efeitos da Abertura na Expansão das Exportações

Nos primeiros cinco anos após o início das reformas chilenas, foram eliminadas as cotas de importação e a tarifa média de importação passou de cerca de 100% para 10% em média.

Após 1975, houve um forte crescimento das exportações, correspondendo a uma taxa média de 12,0% ao ano entre 1976 e 1980. A título de comparação, a taxa de crescimento média das exportações entre 1966 e 1970 foi de apenas 0,5% ao ano. Este crescimento excepcional das exportações é comumente considerado como o principal indicador de sucesso das reformas implementadas (AGOSÍN,1999), apesar de não ter ocorrido, pelo menos nos primeiros anos, uma diversificação da pauta de exportações.

A partir da segunda metade da década de 80, o forte e persistente crescimentos das exportações levaram alguns economistas a considerarem que o crescimento econômico posteriormente verificado fosse devido fundamentalmente ao crescimento das exportações (SCHMIDT-HEBBEL, 2006). Entre 1974 e 2000, a economia chilena alcançou uma taxa média de crescimento das exportações na ordem de 9% ao ano, enquanto que a proporção das exportações em relação ao PIB, que era de 14% em 1970, saltou para 43% em 2000.

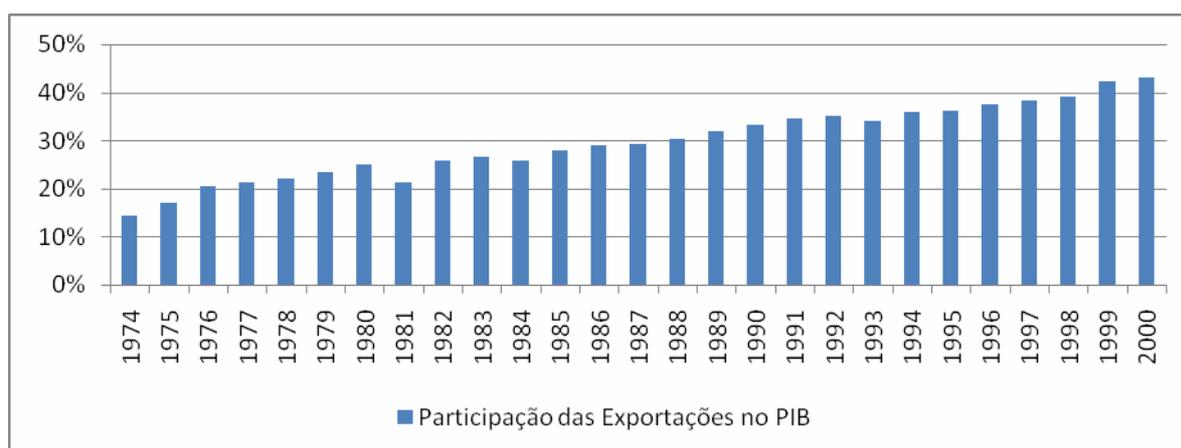


Figura 5 – Participação das exportações na composição do Produto Interno Bruto. Chile: 1974-2000

Fonte: Banco Central de Chile

Outro efeito verificado foi a expansão do número de exportadores e do número de parceiros comerciais, o que significou uma redução da dependência em relação ao comportamento da demanda de seus parceiros, além de uma redução da vulnerabilidade associada às oscilações de preços dos bens transacionados. O número total de exportadores saltou de apenas 170 em 1970

para mais de 5.000 no ano 2000, enquanto o número de parceiros comerciais saltou de 31 para mais de 160 países no mesmo período. A participação das exportações de cobre no volume de bens exportados também sofreu uma queda significativa, passando de um percentual de cerca de 80% em 1973, para 40% em 2000

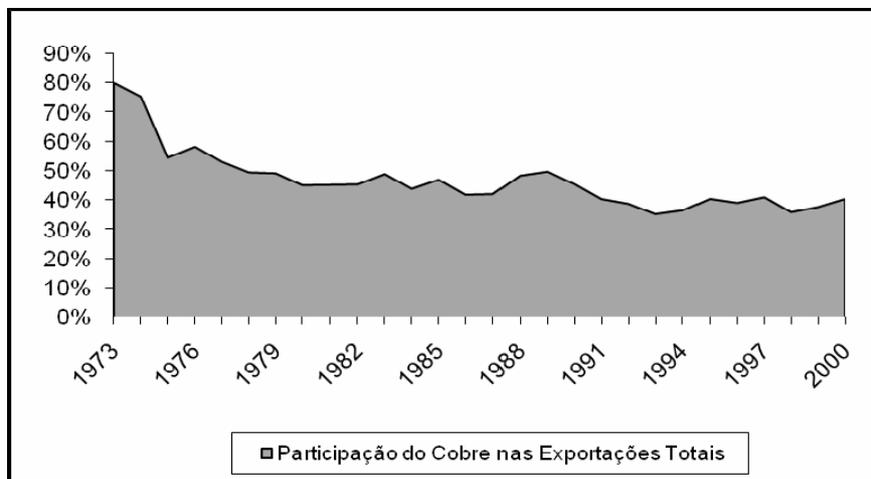


Figura 6 – Evolução da participação das exportações de cobre em relação às exportações totais, medidas em US\$.

Fonte: Banco Central de Chile

A participação do volume de comércio internacional no PIB real *per capita*⁴ sofreu elevações substanciais, passando de 23,8% em 1973 para 44,15% em 1990, e chegando em 2004 com uma participação de mais de 71% do PIB real *per capita*.

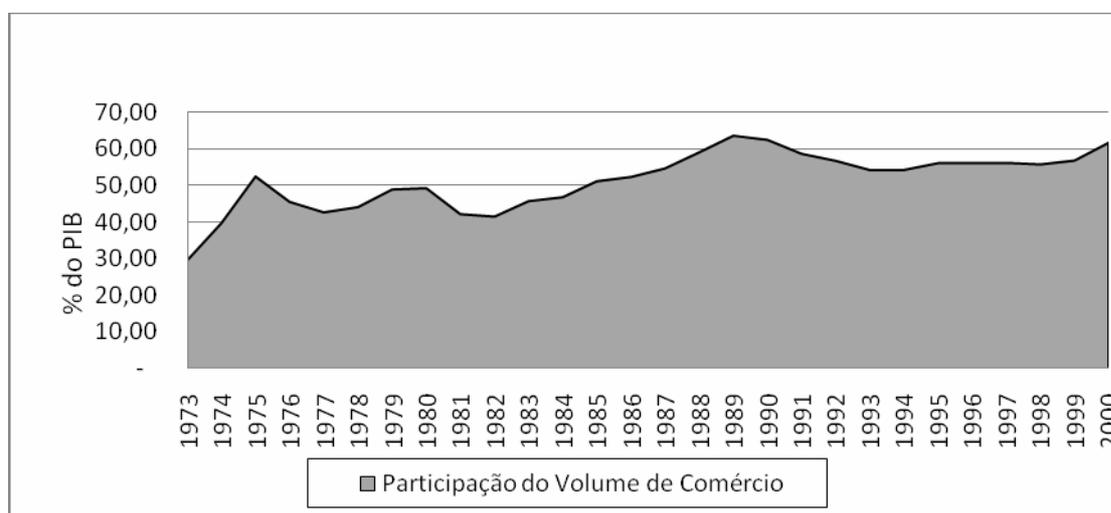


Figura 7: Evolução da participação do Volume de comércio no PIB real per capita a preços correntes. Chile: 1969-2004

Fonte: Penn World Tables 6.2, 2006

⁴ Corresponde à razão entre a soma das importações e exportações e o PIB real *per capita*, expressos em valores correntes (PWT, 6.2,2006).

A elevação da taxa de câmbio, contudo, freou o crescimento das exportações no início da década de 80. Em julho de 1979, o governo fixou a taxa de câmbio nominal em 39 Pesos por Dólar norte-americano, e manteve esta paridade até maio de 1982. Conforme se observa na figura 20, a apreciação da taxa de câmbio real, favorecida pela fixidez da taxa da taxa de câmbio nominal, ocorreu na antevéspera da crise de 1982. Entre 1979 e 1981, a taxa de câmbio nominal foi apreciada em 25%.

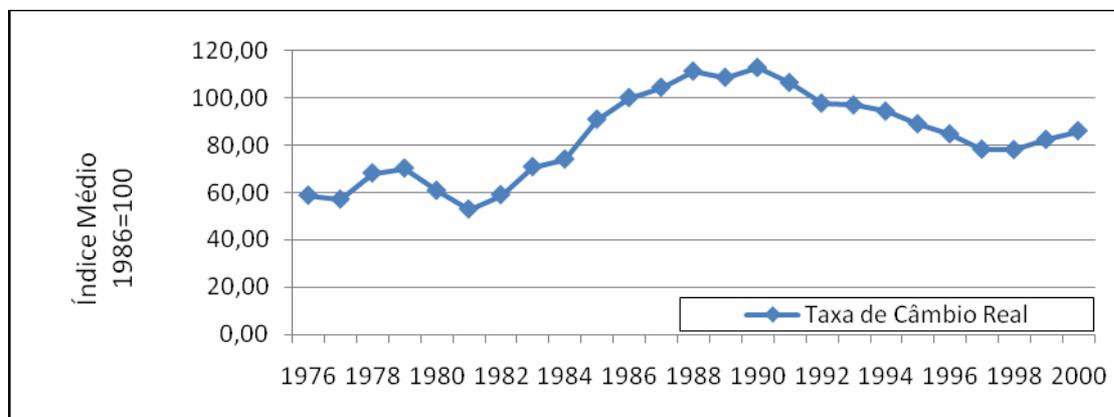


Figura 08 – Evolução da Taxa de Câmbio Real

Fonte: Banco Central de Chile **Elaboração:** Autor

Nota: Corresponde ao valor médio anual dos índices mensais, identificados através da multiplicação das taxas de câmbio nominal pela razão entre a inflação externa relevante e o índice interno de preços ao consumidor. (Banco Central de Chile, 2001)

O período de 1982 e 1985, em qual o Chile atravessou uma severa retração econômica, houve alguns retrocessos em termos de política comercial, com elevação de tarifas de 10% para 35% e uma aceitação de mecanismos não tarifários que serviram para proteger a indústria nacional no período de crise. A partir de 1985, as tarifas reduziram-se novamente, para 20%.

3.6 Efeitos sobre o Crescimento Econômico

Durante 1973 a 1983, as taxas de crescimento oscilaram de -13,4% em 1982 a 9,5% em 1977. Os dois primeiros anos do regime militar foram de decrescimento do PIB, como resultado do programa de estabilização. Os resultados negativos do PIB levantaram dúvidas quanto à eficácia das reformas implementadas e à sua capacidade de promover o crescimento econômico propagandeado. Os críticos do modelo questionavam os baixos benefícios apesar dos elevados custos sociais. Para estes, até mesmo os anos em quais as taxas de crescimento foram mais significativas, estas houberam sido resultado de movimentos cíclicos, de recuperação da atividade, já que a economia havia partido de um nível de renda muito baixo (SCHMIDT-HEBBEL, 2006).

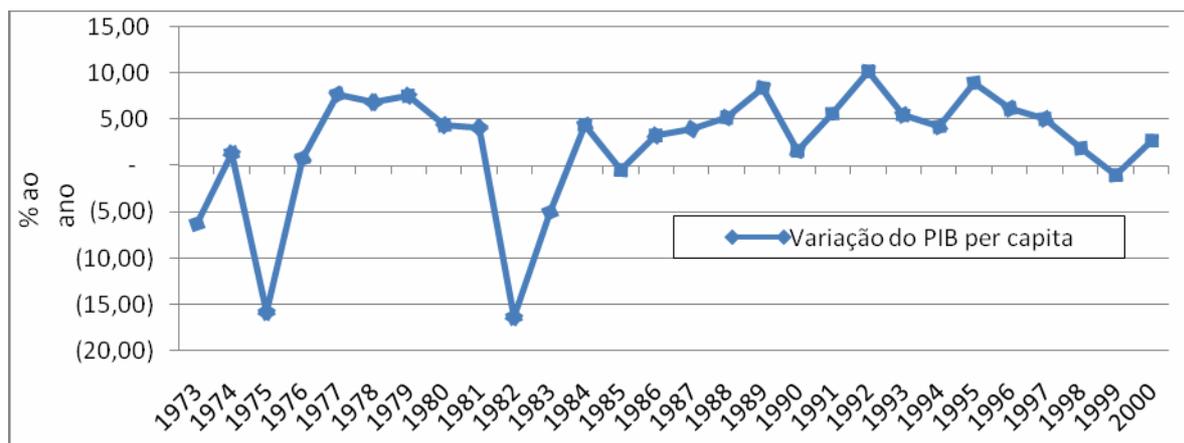


Figura 9 - Taxa de Crescimento do PIB real *per capita* a preços constantes. Chile: 1969-2004 (%)

Fonte: Penn World Tables 6.2, 2006 **Elaboração do autor**

Para Schmidt-Hebbel (2006), muito embora a economia chilena tenha apresentado, até a primeira metade da década de 1980, um baixo crescimento do produto médio *per capita* e uma alta volatilidade das taxas de crescimento, muitas das reformas executadas no período “pavimentaram o caminho” para o forte crescimento posterior.

Conforme se observa na figura 10, até 1984 o crescimento médio do PIB chileno apresentou taxas bem menores que a média mundial, inferior, inclusive, que as taxas verificadas pelos demais países da América Latina. A partir de 1985, o crescimento médio supera em muito o de seus vizinhos, perdendo apenas para o crescimento verificado no Leste e Sudeste Asiático. O período que apresentou taxas mais expressivas, 1985 a 1997, é conhecido no Chile como “*la era dorada del crecimiento*”, quando a economia cresceu em média 7,6%, o que corresponde a 5,9% em termos *per capita*.

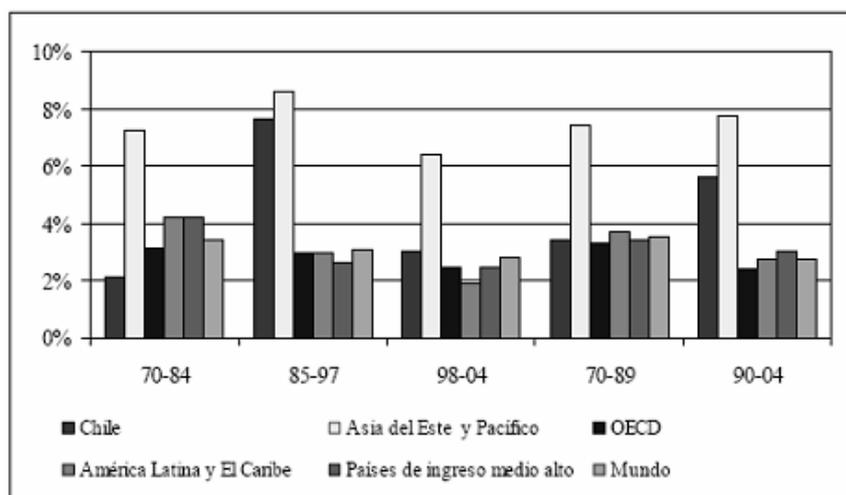


Figura 10 - Crescimento do PIB no Chile e em outras regiões mundiais, 1970-2004

Fonte: Banco Mundial (2005) **Elaboração:** Banco Central de Chile

Como é possível observar na figura 11, a taxa de investimento da economia aumentou significativamente entre 1974 e 2000, mesmo considerando as quedas da taxa de investimento no

início do programa de ajuste e no auge da crise de 1982. Em 1974, a taxa de investimento correspondia a 18 % do PIB, e chegou a alcançar 32% do PIB em 1998.

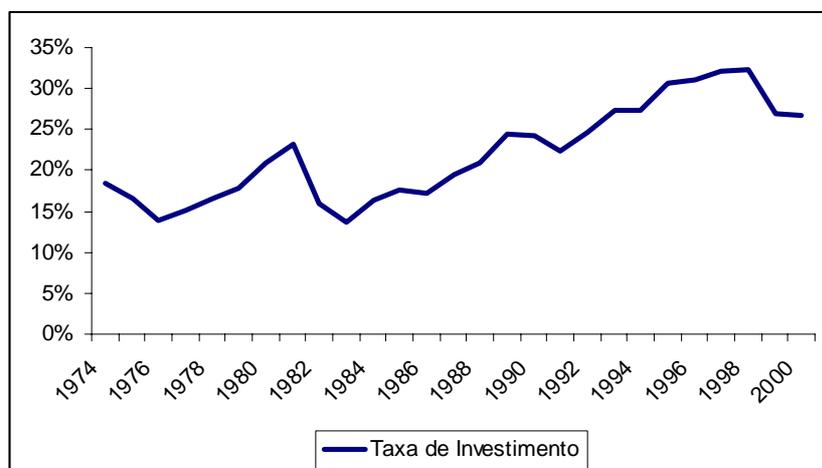


Figura 11 – Taxa de Investimento da economia.

Fonte: Banco Central de Chile **Elaboração:** Autor

Nota: Corresponde à Formação Bruta de Capital Fixo dividida pelo Produto Interno Bruto, medidos em Milhões de Pesos de 1986.

A produtividade da mão de obra também apresentou um comportamento positivo entre 1973 e 2000. Apesar da recessão de 1975 e de 1982, que reduziu a produtividade em até 17,24%, a trajetória de crescimento verificada logo após 1983 mostrou uma trajetória positiva, permitindo que se verificasse, em 2000 um crescimento de cerca de 50% na produtividade, em comparação com 1973.

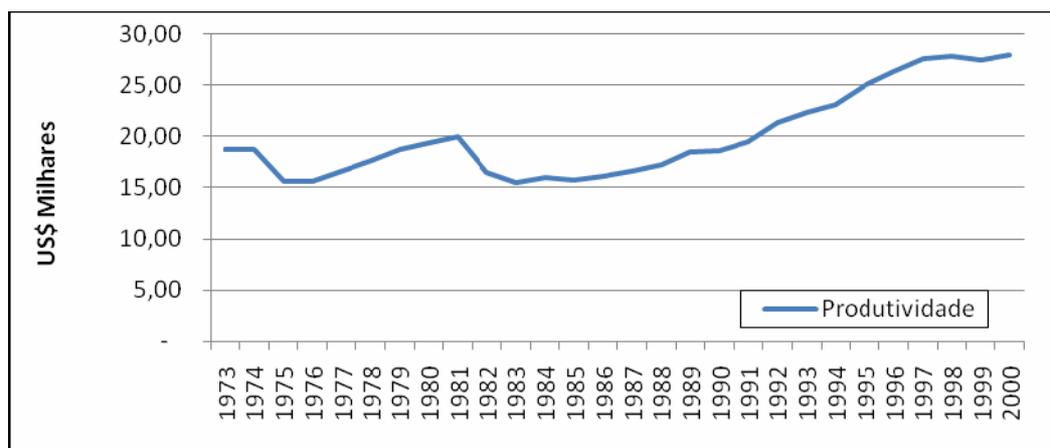


Figura 12 – Evolução da produtividade da mão-de-obra, Chile: 1973-2000

Fonte: Penn World Tables 6.2, 2006

Nota: A produtividade corresponde ao PIB por trabalhador, medidos em preços constantes de 2000.

Considerações Finais

As medidas de política econômica, desenvolvidas no Chile desde mediados da década de 1940 até 1973, e intensificadas durante o governo socialista de 1970 e 1973, desestimularam a capacidade exportadora da economia e reduziram as possibilidades de aproveitamento dos ganhos de comércio. O estabelecimento de barreiras comerciais, que no início do processo esteve orientado para incentivar a substituição de importações, passou a ser utilizado para reduzir os déficits comerciais, reduzindo, ainda mais a capacidade exportadora da economia. Os déficits foram gerados, principalmente, pelo crescimento das importações de bens essenciais, que foram liberados para satisfazer a demanda interna, que crescia a um ritmo superior à capacidade produtiva.

A necessidade de correção do profundo desequilíbrio da situação comercial e produtiva da economia incentivou a adoção de medidas radicais, com elevados custos iniciais, sob a promessa do crescimento econômico sustentado que poderia ser obtido no longo prazo. O radicalismo da abertura comercial, com a redução abrupta das tarifas de importação e a uniformização das alíquotas aduaneiras, foi uma das inúmeras medidas voltadas a permitir que a economia obtivesse uma estrutura de incentivos orientada pelo mercado.

A observação dos acontecimentos, a partir de um horizonte de tempo mais longo, permite algumas conclusões que, apesar de não serem definitivas, são capazes de estimular a defesa ou o ataque às medidas implementadas, sob o intuito de desejar ou refutar a implementação das mesmas em países que perseguem estratégias de crescimento econômico de longo prazo.

A alteração da economia de mono-exportadora de commodities para exportadora de uma gama mais diferenciada de bens já seria uma razoável justificativa para a abertura, já que a perseguição deste objetivo foi um dos motivos que levou o Chile a implantar a estratégia de industrialização por substituição de importações. A avaliação dos dados até 1973 indicam que ocorreu o inverso do desejado pelos formuladores desta estratégia, já que houve um crescimento da participação das exportações de cobre nas exportações totais. Por outro lado, entre 1973 e 2000, a participação do cobre caiu de 80% para 40% das exportações totais. Além disso, a avaliação do crescimento da produtividade, fortemente associado ao crescimento das exportações, parece deixar poucas dúvidas quanto à eficácia das reformas na promoção do crescimento econômico.

Se o crescimento da produtividade significa crescimento das remunerações dos fatores de produção, é de se esperar que o crescimento econômico contínuo favoreça a melhoria do bem-estar da população, tanto em termos de quantidade quanto em termos de diversidade de bens disponíveis para o consumo.

Este trabalho não é conclusivo por necessitar de uma avaliação mais aprofundada das demais reformas implementadas, e, principalmente, necessitar um acompanhamento das medidas adotadas no governo democrático, estabelecido em 1990. Tais movimentos certamente não podem ser ignorados quando se deseja avaliar todo processo de desenvolvimento chileno. Contudo, quanto ao objeto deste estudo, não resta dúvida que a liberalização comercial foi capaz de ampliar o volume e o valor dos bens exportados. Quanto à associação do crescimento das exportações com o crescimento econômico, muito embora não seja possível afirmar categoricamente ser este o caso da economia chilena, a experiência dos países de alto desenvolvimento tem demonstrado ser esta uma relação positiva e significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSÍN, Manuel R. Comercio y crecimiento en Chile. **Revista de la CEPAL**, Santiago, nr.68, p. 79-100. Agosto 1999.

BANCO CENTRAL DE CHILE. **Indicadores Económicos e Sociales de Chile 1960-2000**. Santiago: Banco Central de Chile, 2001.

BHAGWATI, Jagdish. **A Economia em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

BLAUG, Mark. **A Metodologia da Economia, ou, Como os Economistas Explicam**. 2ª Ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRUNO, Michael. Abertura da Economia: Liberalização com Estabilização. in DORNBUSH, R. HELMERS, F. Leslie C.H. **Economia Aberta: Instrumentos de política Económica nos países em vias de desenvolvimento**: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991

CENTRO DE ESTUDIOS PUBLICOS. **“El Ladrillo”**: Bases de la política económica del gobierno militar chileno. 2. ed. Santiago, Chile: Cep Chile, 1992. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_794_pag_1.html> Acesso em 10 de set. 2005

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2006**. Santiago, Chile, 2007

CONTRERAS, Dante; MONTERO, Rodrigo; RAMOS, Joseph. Chile: Crecimiento basado en exportaciones y sus efectos sobre la pobreza y La desigualdad. in: GANUZA, Enrique, et al. **Quién se beneficia del libre comercio? Promoción de exportaciones en America Latina y el Caribe en los 90**. United Nations Development Programme, 2004. Disponível em: <<http://www.undp.org/rblac/finaldrafts>> acesso em 01 de mar, 2007.

CORNEJO-ARELLANO, Ubaldo. La revolución chilena en la perspectiva Latinoamericana. **Revista Nueva Sociedad**. Santiago, nr. 2. p. 3-10. Out. 1972. Disponível em: <<http://www.nuso.org/biblioteca.php>> Acesso em 28 mar, 2007

COUSIÑO VALDÉS, Carlos. Populismo y radicalismo político durante el gobierno de la Unidad Popular. **Revista Estudios Públicos, 82**, Santiago. p. 189-202, outono 2001.

CORBO, Vittorio. Estrategias de Comercio Exterior y Desarrollo Económico. **Revista Estudios Públicos**. n° 19, Santiago, 1985. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_1480_42/rev19_corbo.pdf> Acesso em 21 mar, 2007.

EDWARDS, Sebastián. Estabilización con Liberalización: Diez años del experimento chileno con políticas de mercado libre 1973-1983. **Revista Estudios Públicos n° 14**, p. 2-39. Santiago, Chile, 1984. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_1460_30/rev14_sedwards.pdf> Acesso em 20 mar, 2007

_____. Veinticinco Años de Inflación y Estabilización en Chile (1973-1998). In LARRAÍN, Felipe; VERGARA, Rodrigo (editores). **La Transformación Económica de Chile**. Santiago, Chile: Cep Chile, 2001.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Una Evaluación del Modelo económico . **Revista Estudios Públicos n° 11**. Santiago, Chile. 1983. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3160_1334/rev11_ffrenchdavis.pdf> Acesso em 22 out. 2005.

_____. Chile, entre el neoliberalismo e el crecimiento con equidad. **Revista de Economía política**. São Paulo, vol 22, nr. 4 (88), p. 30-47, out-dez de 2002.

FISHER, Ronald. Liberalização do comércio, desenvolvimento e política Governamental. **Revista Estudos Públicos nº 84**. Santiago, Chile. 2001. Disponível em: <www.cepchile.cl/dms/archivo_2988_541/rev84_fischer.pdf>

FONTAINE, Juan Andrés. Crecimiento, Recesión y Mercado. **Revista Estudios Públicos nº 11**. Santiago, Chile. 1983. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1462.html> Acesso em 10 set. 2005.

_____. Transición Económica e Política en Chile: 1970-1990. **Revista Estudios Públicos nº 50**. Santiago, Chile. 1993. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1171.html> Acesso em : 10 set. 2005.

GONZÁLEZ, Raúl. Três décadas de un nuevo orden económico: Chile, 1973-2003. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe 77**, Santiago, Outubro de 2004.

HACHETTE, Dominique. Chile: Apertura Comercial Amplia e Variada. **Séminaire Emma-rinos: Analyse comparatiste des processus d'intégration régionale Nord-Sud**, Paris, Mai 2003. Disponível em: <<http://web.univ-pau.fr/RECHERCHE/GDRI-EMMA/RINOS/SemParis/Hachette.pdf>> Acesso em 10 mar 2007.

_____. La Reforma Comercial. In In LARRAÍN, Felipe; VERGARA, Rodrigo (editores). **La Transformación Económica de Chile**. Santiago, Chile: Cep Chile, 2001.

HESTON, Alan; SUMMERS, R.; ATEN, Bettina. **Penn World Table Version 6.2**. Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, September 2006.

JONES, Charles Irving. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KRUGMAN, PAUL; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e política**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LARRAÍN, Felipe; VERGARA, Rodrigo (editores). **La Transformación Económica de Chile**. Santiago, Chile: Cep Chile, 2001. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_768_inicio.html> Acesso em 10 de set. 2005.

LUCAS JR, R. E. On the Mechanics of Economic Development. **Journal of Monetary Economics 22**, Julho, 1988.

_____. Making a Miracle. **Econometrica**, vol 61, no. 2, p. 251-272.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5ª ed. LTC: Rio de Janeiro, 2004

MELLER, P. **Un siglo de economía política chilena (1890-1990)**. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1996.

MOREIRA, Mauricio M.; CORREA, Paulo G. **Revista de Economia Política**. Abertura Comercial e Indústria: O que se pode esperar e o que se vem obtendo. Vol 17, nr.2. Abr-jun 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/66-4.pdf>>. Acesso em Mar. 2007

NORTH, Douglas. **Instituciones, cambio institucional y desarrollo económico**. México: Editorial Fondo de Cultura Económica, 1993.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomía**. 5ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005: Cooperação Internacional numa Encruzilhada**. New York, US. 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>> Acesso em 22 out. 2005.

SADER, Emir. **Chile (1818-1990): Da Independência à redemocratização**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCHMIDT-HEBBEL, Klauss. El crecimiento económico de Chile. **Documento de Trabajo del Banco Central de Chile. nr. 365**. Santiago, 2006. Disponível em <http://www.bcentral.cl/esp/estpub/estudios/dtbc> Acesso em 15 de Out. 2006.

THOMAS, Vinod (et al.). **A Qualidade do Crescimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

VERGARA, Rodrigo. Nuevos modelos de crecimiento: Una revisión de la literatura y algunos elementos para una estrategia de desarrollo. **Revista Estudios Públicos nr. 43**, p 245-279. Santiago, Chile, 1991. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_1367_1257/rev43_vergara.pdf>

VERGARA, Rodrigo; FONTAINE, Arturo; et al. Conversación con Robert E. Lucas Jr. **Revista Estudios Públicos n° 66**. Santiago, 1997.